

A Filosofia Feminista encontra a Epistemologia Moral: situando o pensamento de Margaret Urban Walker

Feminist Philosophy meets Moral Epistemology: situating Margaret Urban Walker's thought

Jade Bueno Arbo¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo situar o pensamento de Margaret Urban Walker em um contexto de Filosofia Feminista a partir do entendimento dessa tradição filosófica como não apenas preocupada com questões relativas ao gênero e ao feminismo, mas envolvida em debates filosóficos mais abrangentes. Para tanto, buscaremos compreender do que se consiste a Filosofia Feminista, como ela se manifesta no trabalho de Margaret Urban Walker, e de que forma, a partir dessa tradição, a filósofa traça sua proposição para uma epistemologia moral feminista.

Palavras-chave: Filosofia Feminista; Epistemologia Moral Feminista, Margaret Urban Walker

Abstract: This paper aims to recognize Margaret Urban Walker's thought as situated within the context of Feminist Philosophy through the understanding of such philosophical tradition as not only preoccupied with issues relative to gender and to the feminine, but also involved in wider philosophical debates. In order to do that, we will seek to understand what Feminist Philosophy consists of, how it manifests in Margaret Urban Walker's work, and how, from this tradition, Walker develops her account of a feminist moral epistemology.

Keywords: Feminist Philosophy; Feminist Moral Epistemology, Margaret Urban Walker

Filosofia Feminista como saber localizado

O tratamento da história e do pensamento filosófico a partir de uma perspectiva de gênero pode causar estranhamento, visto que a filosofia, entendida como baseada em princípios de racionalidade que, de uma forma ou de outra, perduram desde a modernidade, se constrói majoritariamente como uma área do conhecimento isenta de filiações “mundanas” como essa. Como aponta a filósofa Andrea Nye:

A filosofia (...) frequentemente alegou ser do reino das ideias puras, existindo independente de contexto social, da política ou de gênero. A filosofia moderna, se bem embasada, deveria ser atemporal, verdadeira tanto para homens quanto para mulheres (...) (NYE, 2004, p. 10).

¹ Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: jade.arbo@ufpel.edu.br

Em consequência disso, pode-se dizer que o consenso é de que um filósofo não é homem nem mulher: é simplesmente *filósofo*. No entanto, é possível verificar já a partir das críticas de mulheres filósofas modernas, contemporâneas de Rousseau, Kant e outros Iluministas, a desestabilização da noção *agênera* do fazer filosófico.

No entanto, na própria modernidade já temos filósofas que “corporificam”, por assim dizer, seu fazer filosófico, reconhecendo-se não como mentes sem corpo, mas como mulheres, e submetendo conceitos aparentemente neutros aos crivos de suas experiências corpóreas no mundo. Wollstonecraft escreve, em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*: “se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas nem como animais que, submetidos ao homem, dependem da sua razão (...)” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 58). Ao fazê-lo, ela aponta para uma realidade de seu tempo: a de que, embora a racionalidade, enquanto conceito, não tivesse gênero em si, as condições para a prática do que se concebia por racionalidade eram, sim, generificadas: o acesso à educação era exclusividade masculina. A razão, portanto, tornava-se ilusoriamente uma característica masculina, enquanto as mulheres eram erroneamente associadas ao oposto da razão: ao frívolo, ao fútil, ao sentimento puro.

Wollstonecraft assim ressalta a contradição de escritores e filósofos que falavam de uma moral universal, uma razão como característica fundamental do ser humano, mas excluía em seus escritos e em suas ações as mulheres dessa humanidade e dessa universalidade. Sua reivindicação é uma resposta à Era das Luzes na qual esperava-se que as mulheres fossem “forçadas a guiar o próprio curso pelo cintilar de um mero satélite” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 40).

Contemporaneamente, as chamadas filosofias feministas tomam para si também essa missão de reivindicação a partir da crítica, e a crítica a partir da constante *localização* desses sujeitos que pensam, fazendo um movimento que, na esteira de Donna Haraway, entende o conhecimento como “situado e corporificado” (HARAWAY, 1995, p. 23). A busca por propagar, então, conhecimentos como “não localizáveis”, como neutros, é entendida aqui como uma forma de isenção de responsabilidade sobre o conhecimento produzido, no sentido de ser “incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p. 23). Uma prática filosófica feminista se contrapõe a essa ilusão de não localização, a essa ilusão do pensamento como neutro, como não marcado. Como coloca Andrea Nye:

Leituras feministas da filosofia que prestam atenção às relações de gênero desafiam esses padrões de conduta profissional ao mesmo tempo em que pressupõem uma visão diferente do papel da filosofia. O choque com o tratamento das mulheres por parte de Hume, Rousseau e Kant [por exemplo] nos força à percepção de que *a filosofia não é independente da experiência*. A filosofia moral de Hume, Rousseau e Kant é um reflexo de suas vidas como homens, homens com um contato ambivalente com as mulheres, homens com sentimentos tanto quanto pensamentos.” (NYE, 2004, p. 28, grifos meus)

É desse ímpeto de localização, desse reconhecimento da irredutível relação entre filosofia e experiência, que surgem, na década de 1970, os *Women's Studies* – campo de estudos acadêmicos interdisciplinares frutos da efervescência de movimentos feministas de segunda onda. Com isso, vemos um influxo cada vez maior de vozes feministas nos mais diferenciados campos do saber, primariamente interessadas em acabar com a invisibilidade das mulheres na produção de conhecimento acadêmico (JAGGAR & YOUNG, 2005). Nesse contexto e com esse objetivo primário, surge a chamada filosofia feminista.

A filosofia feminista difere-se da filosofia tradicional na medida em que busca o conhecimento não apenas como fim em si mesmo, como aponta Catherine Villanueva Gardner (2006), mas como forma de resistir e eliminar a subordinação feminina; seu compromisso é, portanto, duplo: tanto intelectual quanto político. Assim, a partir da *localização* feminina da filosofia das profeministas, as filósofas feministas passam à *politização* do seu fazer filosófico específico.

O trabalho filosófico feminista de forma vasta e organizada é ainda muito recente, mas, segundo Alison M. Jaggar e Iris Marion Young (2005), a abordagem já passou por dois estágios na maioria das áreas da filosofia, e pode ser o momento de um terceiro.

Jaggar e Young (2005) definem o primeiro estágio da filosofia feminista como sendo um estágio historiográfico e revisionista. Para entendê-lo, é útil o apontamento de Hodgson-Wright quando diz que “Uma das primeiras coisas que qualquer grupo que procure reconhecimento público irá fazer é criar uma noção de história; de fato, irá apropriar-se e determinar essa história” (HODGSON-WRIGHT, p. 5). Nessa fase, tem-se tanto uma recuperação de pensadoras mulheres, como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, como uma crítica ao cânone filosófico moderno, pois, “como *outsiders* à formação da filosofia, as mulheres eram naturalmente céticas quanto às suas alegações” (NYE, 2004, p. 10).

O segundo estágio da filosofia feminista apresentado por Jaggar e Young (2005) é o desenvolvimento de novas perspectivas e teorias a partir das críticas do estágio anterior e das experiências das mulheres. Contrastando com as críticas do profeminismo de

Wollstonecraft e De Gouges, que reivindicavam para si os conceitos da filosofia tradicional, este segundo estágio sustenta-se na criação de novas categorias de pensamento que possam ser mais adequadas para dar conta de experiências particulares femininas, as quais, segundo essa abordagem, não foram suficientemente consideradas na elaboração das categorias tradicionais.

Nesse estágio, há um movimento de internalização dos debates filosóficos feministas, como relatam Jaggar e Young (2005). Elas explicam:

Desde a emergência dessas teorias e abordagens, muito da filosofia feminista tem se dedicado ao diálogo interno entre aquelas desenvolvendo e ensinando esse trabalho, criticando umas às outras em um terreno comum, construindo sobre os argumentos umas das outras e traçando caminhos para investigações futuras dentro dos paradigmas estabelecidos por filósofas feministas. (JAGGAR & YOUNG, 2005, p. 5)

Apesar de desenvolvimentos importantes principalmente no campo da ética realizados nessa segunda fase, as autoras apontam que talvez seja tempo da filosofia feminista engajar-se no terceiro estágio. Neste terceiro estágio, as filósofas feministas devem participar de um fazer filosófico não necessariamente auto-intitulado feminista. Conforme as autoras: “além de trabalhar dentro da agora já estabelecida tradição da filosofia feminista, achamos ser importante que filósofas feministas intervenham mais regular e vigorosamente no debate filosófico mais abrangente” (JAGGAR & YOUNG, 2005, p. 6).

Consideraremos, aqui, o trabalho em ética da filósofa Margaret Urban Walker como sendo um bom exemplo de uma filosofia feminista engajada com o terreno mais amplo das discussões filosóficas.

A filosofia de Margaret Urban Walker como Filosofia Feminista

Em seu livro *Moral Understandings: a feminist study in ethics* (2007), Walker constrói, a partir de um ponto de vista feminista, seu argumento contra o que chama de modelo teórico-jurídico, o qual considera dominante na teoria moral anglo-americana do século XX. Sobre seu livro e o uso que ela faz da perspectiva feminista, ela coloca:

Os capítulos deste livro são ‘feministas’ não porque são sobre mulheres, ou porque eu sou feminista. Eles são feministas por estarem imbuídos de *insights*, compromissos, e técnicas críticas e interpretativas de teorias feministas construídas por muitas mulheres ao longo de várias décadas. (WALKER, 2007, p. 20)

Ela reconhece que críticas a esse modelo podem vir de diversas áreas da filosofia que não a feminista: pensadores como Bernard Williams, Michael Stocker e Larry Blum, críticos à “tenacidade psicológica das teorias morais ‘modernas’ imparcialistas” (WALKER, 2007, p. 20); Charles Taylor e Alasdair MacIntyre, que “deploram a falta de *insight* ou fundamentação histórica e sociológica da filosofia moral contemporânea” (WALKER, 2007, p. 20); comunitaristas como Michael Sandel, que apontam que “a natureza social das pessoas é ou completamente ausente ou ideologicamente distorcida no quadro moderno individualista que contém essas teorias” (WALKER, 2007, p. 20); bem como Stanley Cavell e Richard Rorty, que “ênfatizam os poderes pessoalmente expressivos (*personally expressive*) ou comunalmente estratégicos (*communally strategic*) dos discursos morais que nos permitem tanto descobrir quanto definir quem somos” (WALKER, 2007, p. 20). Walker diz dever muito a esses pensadores, mas que encontrou na ética feminista algo que não encontrou em outros lugares: uma forma de lidar com

um conjunto de problemas epistemológicos de importância moral e teórico-moral ao prestar atenção em como o gênero e outros determinantes de autoridade, poder e reconhecimento social afetam a vida moral sobre a qual alguns de nós criam teorias éticas, bem como as teorias que fazemos. (p. 10)

A proposta de Margaret Urban Walker de um modelo alternativo para o modelo teórico-jurídico, o qual ela chamou de *modelo expressivo-colaborativo*, é complexa e extensa. O presente artigo centra-se, portanto, em compreender a proposta anterior de Walker para o avanço da ética feminista que a permitiu chegar ao modelo expressivo-colaborativo, a saber, a utilização por parte da ética feminista dos avanços em epistemologia feminista para possibilitar uma epistemologia moral feminista e, por consequência, uma ética feminista mais frutífera.

Margaret Urban Walker publica em 1998, mesmo ano de publicação da sua primeira edição de *Moral Understandings*, sua colaboração para o *A companion to feminist philosophy*, organizado por Alison Jaggar e Iris Marion Young: o capítulo intitulado *Moral epistemology*. Nele, Walker discorre sobre o que seria uma epistemologia moral feminista, como ela seria possível, e de que forma uma abordagem feminista da epistemologia moral pode permitir uma ética feminista mais bem-sucedida. Parte do conteúdo do capítulo *Moral epistemology* figura

na introdução de *Moral Understandings*, sendo, então, basilar para a compreensão da análise e proposta que Walker traça para a filosofia moral em sua obra.

Walker apresenta a epistemologia moral como lidando com as seguintes questões: o quanto a moralidade consiste em ou depende de conhecimento, e de que tipo(s)?; o que torna possível o conhecimento moral, e como tal conhecimento é embasado e justificado?; qual a relação entre afirmações filosóficas sobre moralidade e o entendimento moral que temos (ou seja, o que ética tem a ver como moralidade)? A partir disso, Walker traça que uma epistemologia moral feminista levaria em conta, à adição dos anteriores, o seguinte questionamento: de que forma as divisões sociais de trabalho, oportunidade, poder e reconhecimento que reproduzem o gênero e outras hierarquias afetam as formas como essas questões foram respondidas e as formas como ainda podem ser respondidas? (WALKER, 2007).

Ela nota que seria de se esperar que a epistemologia moral feminista estivesse no ponto de intersecção entre a epistemologia feminista e a ética feminista, mas, como aponta a autora, não é este o caso, já que ambas essas áreas se desenvolveram na tradição da filosofia feminista de forma relativamente independente e lidando com problemas distintos. A epistemologia feminista “examina paradigmas e práticas de conhecimento dominantes na filosofia e ciência ocidental” (WALKER, 2005, p. 363), enquanto a ética feminista, ao mesmo tempo em que, através da crítica, revela vieses de gênero na tradição da filosofia moral, também “constrói alternativas que lancem mão da experiência generificada das mulheres, do ativismo feminista e de práticas de solidariedade entre mulheres e homens que sofrem opressão” (WALKER, 2005, p. 363). Ela argumenta que é conectando os temas epistemológicos da ética feminista com os avanços em epistemologia feminista que esta ética pode, de fato, progredir.

A ética feminista, ao submeter a tradição da filosofia moral anglo-americana a um olhar crítico de gênero, identifica vieses de gênero impregnados em suas conclusões. Segundo Walker, teorias morais como a Kantiana, a utilitarista, a do contrato e as baseadas em direitos demandam mais atenção nessas análises pois influenciam mais fortemente o conteúdo e a direção das discussões da ética anglófona no século XX. Estas, Walker aponta, “refletem esferas de atividades, papéis sociais e ideais de caráter associados com homens socialmente privilegiados, se não com homens em geral” (WALKER, 2005, p. 364). Temos um cenário que Walker chama de filosofia moral *dominante*, na qual e através da qual uma visão também dominante da vida moral é mantida. Walker critica:

As ideias dominantes [da filosofia moral] idealizam relações entre pares não íntimos e mutuamente independentes buscando preservar a autonomia ou potencializar o autointeresse em interações voluntárias baseadas em regras (ou papéis). (...) “O” agente moral assim envisioned não é (tipicamente) uma mulher, uma criança, uma pessoa de classe econômica, social, educacional, étnica, sexual, religiosa em desvantagem ou desprezada, ou uma pessoa com deficiência (física ou mental) crônica, temporária ou progressiva. (WALKER, 2005, p. 364)

Uma ética feminista tem, portanto, uma crítica a fazer tanto com relação ao agente moral das teorias morais hegemônicas, que é “nenhum de nós a todo o momento, e muitos de nós em nenhum momento” (WALKER, 2005, p. 364), quanto com relação à ideia que se tem de julgamento moral. Walker explica que o julgamento moral é considerado por essas teorias morais dominantes:

como a aplicação uniforme de princípios semelhantes a leis (*law-like*), os quais guiam as ações de forma impessoal, a casos relevantemente similares de um ponto de vista imparcial. (...) Essa cena sugere ou a posição social recíproca dos participantes ou competidores em uma prática estruturada por regras (*rule-structured practice*), ou a posição daqueles com autoridade para aplicar leis ou políticas de forma imparcial aos casos. (WALKER, 2005, p. 364)

É esse modelo de teoria moral que Walker denomina *modelo teórico-jurídico*, contra o qual argumenta. O modelo jurídico-teórico, ao apresentar problemas de representação, seria, segundo a filósofa, insuficiente para dar conta da multiplicidade de mundos morais entre indivíduos. Segundo Walker, pensar uma ética *melhor* significaria dar conta de “concepções de moralidade *descritivamente* adequadas a posições sociais diversas e aos entendimentos morais que eles requerem, e *normativamente* equipada para lidar com a crítica social e política” (WALKER, 2005, p. 365).

Uma das críticas da ética feminista é a de que teorias morais dominantes são o retrato das “autoimagens, prerrogativas de escolha, padrões necessários de raciocínio moral e formas previstas de prestação de contas (*accountability*) de pessoas localizadas em sociedades como a nossa de certas formas” (WALKER, 2005, p. 365). Aquele que foge a esta imagem é deixado “sem representação, ou é efetivamente representado como diferente, problemático, menos do que totalmente desenvolvido de um ponto de vista moral” (WALKER, 2005, p. 365).

Walker salienta a forma como a ética feminista contesta a unidade e universalidade indiscutível do “nós” na filosofia moral:

Em sociedades estratificadas e segmentadas pelas interações de gênero, raça, classe e outros fatores, “nós” podemos não chegar a saber da mesma forma; “nós” podemos não ser destinados a ocupar posições morais intercambiáveis, a ser igualmente ou similarmente responsáveis. (WALKER, 2005, p. 367)

Como estratégia de contestação dessa unidade, trabalhos em ética feminista que se sustentam a partir das experiências generificadas das mulheres têm surgido construindo uma possibilidade de contrapartida ao sujeito hegemônico da filosofia moral. Porém, essa abordagem apresenta um problema que é, também, um problema para o feminismo:

Muitas feministas têm considerado adequado que teorias morais devem ao menos articular o conhecimento moral residente nos locais e papéis generificados específicos das mulheres. Mas esses são parte de uma ordem social que é injusta ou opressiva com as mulheres e muitos homens, e elas são coercivamente atribuídas e coerciva e manipulativamente mantidas, dentro do gênero e outras hierarquias. Então qual é o status dos conhecimentos que eles incluem para um entendimento de como viver?” (WALKER, 2005, p. 365)

O problema aqui é, também, um problema de representação: ao contestar-se o sujeito (branco, masculino, privilegiado) hegemônico da filosofia moral, cria-se, também, um outro sujeito da ética, o da mulher.

Judith Butler discute essa problemática da representação em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016). A filósofa aponta para o fato de que representação tem um duplo significado - é tanto a busca por visibilidade política quando função normativa da linguagem - e argumenta para o fato de que o feminismo, ao estabelecer-se fundacionalmente a partir do sujeito “mulheres”, ao invés de buscar representação para um sujeito pré-discursivo, acaba criando esse sujeito mesmo para o qual busca representação. Críticas como as de Butler representam um grande desafio tanto para a atuação política do feminismo quanto para qualquer teorização feminista, incluindo a filosófica.

Walker traz como representativo desse movimento o estudo realizado por Gilligan, de 1982, o qual inicia as discussões em ética do cuidado. Gilligan argumenta que, em suas pesquisas sobre desenvolvimento moral, notou que “o raciocínio do cuidado era significativamente mais provável de ser usado, especialmente como abordagem moral predominante, pelas mulheres (...)” (WALKER, 2005, p. 367). Suas afirmações iniciaram tanto uma nova área de estudos da ética feminista quanto uma controvérsia: estaria o pensamento do cuidado inerentemente ligado às mulheres? E mais: seria uma ética do cuidado uma ferramenta de fato libertadora para as mulheres, ou resultaria em um aprofundamento do

atrelamento da imagem da mulher à noção de cuidado, dever e servitude. Não seriam esses, como citado anteriormente, “parte de uma ordem social que é injusta ou opressiva com as mulheres e muitos homens”? Walker propõe uma resolução:

O problema aqui é delimitar o campo de investigação: de quem são os entendimentos morais, vocabulários, sentido de relevância, estratégias de resolução, concepções de agência e noções de responsabilidade que são oficializados (*authoritative*) ou, ainda, relevantes? (...) Ainda assim, projetos de amplificação de vozes morais abafadas - de muitas mulheres e muitos homens - são vitais. Eles trazem à tona objetos de comparação que nos ajudam a rastrear vozes dominantes e recessivas a locais sociais reais. Eles revelam um mundo moral-social multilíngue que pertence a um mundo social diferente. A filosofia moral e sua epistemologia deve lidar com ele. (WALKER, 2005, p. 368)

Assim, este movimento de buscar uma contrapartida ao sujeito hegemônico, embora resulte na criação de uma outra universalização, da qual certos sujeitos serão invariavelmente excluídos, serve para evidenciar que existiriam “uma limitação na concepção de condição humana, uma omissão de certas verdades sobre a vida” (GILLIGAN, 1982 *apud* WALKER, 2005, p. 366). Walker sugere que, para que a ética feminista possa lidar com essa omissão sem incorrer em problemas da ordem da representação (ou, ao menos, diminuí-los), o caminho seria que incorporasse os avanços da epistemologia feminista em seu fazer.

Ética e Epistemologia Feministas em diálogo

A epistemologia feminista não lida apenas com a filosofia e prática da ciência, mas também critica “o sujeito normativo do saber das filosofias modernas do conhecimento” (WALKER, 2005, p. 368). Muito da epistemologia feminista coloca o conhecimento como intersubjetivo, e como sendo a comunidade, e não os *indivíduos* nela, o sujeito do conhecimento.

Comunidades sustentam os recursos discursivos e outros recursos materiais, bem como as práticas sociais e cognitivas para a produção e legitimação de conhecimento. (...) Essas epistemologias feministas rejeitam fundacionalismos que propõem bases dadas, autoevidentes ou incorrigíveis para a justificação. Elas nos incitam a examinar práticas reais de formação e fixação de crenças ou de geração e confirmação de hipóteses. Isso requer um olhar para as estruturas das comunidades que garantem esses processos. (WALKER, 2005, p. 369)

Com isso, Walker propõe que “a ética feminista tem a ganhar ao ver o conhecimento moral como um processo e um produto comunal construído e sustentado por interações entre pessoas” (WALKER, 2005, p. 369).

A partir disso, Walker irá tratar do julgamento moral e do entendimento moral pelo viés comunitarista e localizador da epistemologia feminista, oferecendo um modelo alternativo ao modelo teórico-jurídico: o modelo expressivo-colaborativo, a partir do qual

discursos morais fornecem termos e padrões compartilhados através dos quais pessoas expressam e prestam contas sobre suas identidades, relações, e valores em formas mutuamente reconhecíveis (mas também revisáveis e negociáveis). (WALKER, 2005, p. 370)

O argumento de Walker para se pensar a ética a partir de um modelo expressivo-colaborativo, ao qual ela chega através de uma abordagem epistemológica moral feminista, é o de que ele permite pensar prestações de contas morais como sendo socialmente imbricadas, e os entendimentos morais como sendo compartilhados; assim, é possível aos agentes atribuir, assumir ou desviar de responsabilidades, bem como compreender as implicações *interpessoais* de fazê-lo.

Mundos morais-sociais são mantidos firmes ou mudados por muitas pressões e poderes, incluindo o poder de representações da vida moral de lugares de autoridade e as pressões da compreensão das pessoas sobre como elas de fato vivem. (WALKER, 2005, p. 370)

Assim, além de acomodar as diversas relações de poder envolvidas na vida moral, ao falar que os mundos morais sociais são *também* mantidos por “representações da vida moral de lugares de autoridade”, Walker coloca a filosofia moral como produto e também, por vezes, como mantenedor de hierarquias sociais e de gênero.

A interação entre filosofia feminista, epistemologia moral e ética apresentada por Margaret Urban Walker exemplifica a contribuição de uma filosofia feminista em seu terceiro estágio, capaz de trazer e aplicar os *insights* da tradição da teoria e filosofia feminista ao campo de debates contemporâneos mais amplo. Essa contribuição consiste em tanto causar quanto explorar rupturas em uma ideia de sujeito hegemônico da ética.

Ao propor um maior diálogo entre a ética feminista e a epistemologia feminista, Walker busca “melhores entendimentos morais entre pessoas e um melhor entendimento da

moralidade como instituição social” (WALKER, 2005, p. 371). Esses melhores entendimentos, de ambos os tipos, seriam aqueles que resistiriam a hierarquias de dominação social, e isso incluiria o gênero. Alocações de responsabilidade e definições de agência, para Walker, seriam mantenedoras dessas hierarquias, e, portanto, seria do interesse de uma filosofia feminista buscar esses melhores entendimentos. Porém:

Um antigo autoentendimento da filosofia moral se encontra no caminho de ambas as formas de melhores entendimentos: a visão da ética como investigação ‘pura’, desinteressada sobre verdades morais atemporais sobre indivíduos, disponíveis aos indivíduos por reflexão ou racionalização dentro dos indivíduos. (WALKER, 2005, p. 371)

A filosofia feminista de Walker se coloca, portanto, contra essa visão da ética, buscando assim alternativas para uma ética feminista crítica e politicamente responsável.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GARDNER, Catherine Villanueva. **Historical dictionary of feminist philosophy**. Maryland: The Scarecrow Press, 2006.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Mariza Correa. n. 5, Cadernos Pagu, 1995, p. 7-41.

HODGSON-WRIGHT, Stephanie. Early Feminism. In: GAMBLE, Sarah (Ed.) **The routledge companion to feminism and postfeminism**. London: Routledge, 2001.

JAGGAR, Alison M. & YOUNG, Iris Marion. **A companion to feminist philosophy**. Oxford: Blackwell, 2005.

NYE, Andrea. **Feminism and Modern Philosophy**. New York & London: Routledge, 2004.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: BORGES, Maria de Lourdes, TIBURI, Márcia (Orgs.) **Filosofia: Feminismos e Machismos**. Ed. da UFSC, 2016.

WALKER, Margaret Urban. Moral epistemology In: JAGGAR, Alison M. & YOUNG, Iris Marion. **A companion to feminist philosophy**. Oxford: Blackwell, 2005.

WALKER, Margaret Urban. **Moral Understandings: A Feminist Study in Ethics**. Oxford University Press, 2007.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Ivania Pocinho Motta. São Paulo, Boitempo, 1790/2016